

A PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889-1930

Aula 1.2 (1º bimestre | 2ª aula)

Principal referência bibliográfica:

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

Prof. Dr. Adilson Padovan Junior

Recapitulando:

Conteúdo programático (visão geral)

1º Bimestre

1.1 Economia brasileira no século XIX

1.2 Primeira República (1889–1930) ← Aula de hoje

1.3 Origem da industrialização brasileira

1.4 Crise de 1929 e fim da República Oligárquica

Estrutura da aula

1.2 A Primeira República (1889–1930):

- 1.2.1 Políticas econômicas e evolução da economia brasileira
- 1.2.2 A Política do Encilhamento (1889–1900)
- 1.2.3 A era de ouro (1900–1913)
- 1.2.4 O impacto da Primeira Guerra Mundial (1914–1918)
- 1.2.5 *Boom* e recessão do pós-Guerra (1919–1922)
- 1.2.6 Recuperação, desequilíbrio externo e ajuste recessivo (1922–1926)
- 1.2.7 *Boom* e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930)
- 1.2.8 Políticas de valorização do café

Link do material:

adilsonpadovanjunior.github.io

Plataforma de
código-fonte
e nuvem.

Portal das disciplinas desenvolvido com finalidade didática.

Código-fonte aberto disponível em:

<https://github.com/padovanjr/padovanjr.github.io>

Se o Brasil deixou de ser colônia em 1822 e se tornou uma República em 1889, por que sua economia continuou dependente da exportação de café e do mercado externo até 1930?

1.2. A Primeira República (1889–1930): visão geral

- A Proclamação da República alterou o regime político
- O modelo econômico, porém, permaneceu basicamente o mesmo
- Predomínio da exportação de bens primários
- Centralidade do setor cafeeiro
- Forte dependência do mercado externo

1.2. A Primeira República (1889–1930): continuidade econômica pós-1889

- A República não rompeu com a estrutura econômica anterior
- A economia continuou dependente das exportações
- O café permaneceu como principal eixo da dinâmica econômica
- O crescimento seguia condicionado pela demanda externa
- O mercado interno ainda tinha papel secundário

1.2. A Primeira República (1889–1930): *interpretação de Celso Furtado*

- Uma economia exportadora de produtos primários mantém caráter “colonial”
- A dependência externa define o ritmo de crescimento
- O fim da escravidão não alterou, por si só, essa lógica
- A superação desse padrão exigiria impulso do mercado interno
- Independência política não significou autonomia econômica

1.2. A Primeira República (1889–1930): debate historiográfico

- Visão tradicional: a política econômica favorecia a elite cafeeira
- Revisão dos anos 1970: peso maior das ideias ortodoxas
- Enfoque político: disputa entre vários grupos de interesse
- Revisão recente: papel das crises internacionais e dos credores externos
- Questão central: quem orientava a política econômica no período?

1.2.1. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira

- A economia brasileira dependia fortemente do Balanço de Pagamentos
- Dois canais centrais:
 - i) receitas de exportação do café
 - ii) fluxos de capitais internacionais
- O setor externo condicionava o ritmo de crescimento interno

Os ciclos econômicos e os mecanismos de ajustamento externo de países exportadores de matérias-primas no início do século XIX

Mecanismos de ajustamento externo em países periféricos como o Brasil à época seguiam o seguinte comportamento: a geração de superavit comerciais, resultantes do aumento das exportações líquidas, ocasiona expansão do crédito doméstico e eleva o nível de atividade econômica do país. A taxa de crescimento elevada atrai capitais internacionais, mediante investimento externo direto ou de portfólio. Persistindo o processo de crescimento, haverá um ajustamento da conta corrente, por meio do crescimento das importações, induzido pelo crescimento da renda e pela apreciação cambial. Assim, o equilíbrio do Balanço de Pagamentos tornava-se cada vez mais dependente da manutenção de preços favoráveis do principal bem de exportação e da propensão dos investidores estrangeiros a aportar recursos no país. Tendo em vista a relação pró-cíclica entre a conta comercial e a financeira nos países periféricos e a velocidade com que ambas as variáveis podem mudar de direção, um recuo brusco e acentuado no preço da *commodity* gera, normalmente, uma retirada instantânea de capitais do país, com profundos efeitos monetários contracionistas, como observado, por exemplo, nas crises de 1913-1914 e 1929-1930.

O desequilíbrio externo ocasiona, por sua vez, o desequilíbrio das contas públicas. Como a principal fonte de arrecadação do governo, durante a Primeira República, é o imposto de importação, desvalorizações cambiais acentuadas reduzem o nível de importações e, conseqüentemente, reduzem as receitas fiscais do governo brasileiro, gerando deterioração das finanças públicas.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

1.2.1. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira: ciclos econômicos

- Superávits comerciais estimulavam crédito e atividade econômica
- O crescimento atraía capitais estrangeiros
- A expansão da renda aumentava importações
- Quedas nos preços de exportação provocavam saída de capitais
- Resultado: contração monetária, recessão e crise

1.2.1. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira: setor externo e finanças públicas

- O imposto de importação era a principal receita do governo
- Crises externas reduziam a capacidade de importar
- Menos importações significavam menor arrecadação
- O desequilíbrio externo gerava também desequilíbrio fiscal
- Economia e contas públicas eram altamente vulneráveis ao exterior

1.2.2. A Política do Encilhamento (1889–1900): contexto e objetivos

- A abolição e o trabalho assalariado ampliaram a demanda por crédito
- O sistema financeiro não estava preparado para essa mudança
- Rui Barbosa buscou expandir a liquidez da economia
- Objetivo: tornar a oferta monetária compatível com a nova realidade
- Primeira grande experiência de política econômica republicana

1.2.2. A Política do Encilhamento (1889–1900): medidas adotadas

- Emissões bancárias lastreadas em títulos da dívida pública
- Criação de regiões bancárias com bancos emissores
- Forte ampliação do papel-moeda
- Expansão rápida do crédito e da liquidez
- Tentativa de atender às “necessidades dos negócios”

1.2.2. A Política do Encilhamento (1889–1900): consequências e controvérsias

- Movimento especulativo na bolsa
- Criação de empresas fantasmas
- Falências bancárias e empresariais
- Inflação, desvalorização cambial e desequilíbrios externos
- Debate histórico: crise desorganizadora ou estímulo inicial à indústria?

1.2.2. A Política do Encilhamento (1889–1900): metalistas versus papelistas

- Metalistas defendiam estabilidade monetária e cambial
- Papelistas defendiam expansão monetária para sustentar a atividade econômica
- Metalistas eram favoráveis ao padrão-ouro e à conversibilidade
- Papelistas aceitavam maior flexibilidade da moeda
- A política econômica da Primeira República oscilou entre essas duas visões

Metalistas versus papelistas

A década de 1890 foi marcada pelos debates memoráveis entre metalistas e papelistas em torno da orientação a ser dada à política macroeconômica do Brasil. Para os defensores do metalismo, a prioridade da política econômica deveria ser a estabilidade monetária e cambial. Por isso, eram favoráveis à adoção do padrão-ouro e da conversibilidade da moeda, já que emissões de moeda sem lastro geralmente causavam inflação e prejudicavam, em última instância, o crescimento econômico. Já os papelistas preocupavam-se com o nível de atividade econômica. Para eles, era importante que a oferta de moeda fosse sempre flexível ou elástica a ponto de não interferir negativamente nas atividades produtivas. Segundo essa vertente, se a oferta monetária estivesse contribuindo para estimular a economia, taxas de inflação mais elevadas poderiam ser toleradas.

Ao longo da Primeira República, a condução da política econômica oscilou entre uma e outra vertente de pensamento. Rui Barbosa, responsável pela política do Encilhamento, é considerado um dos principais representantes dos papelistas. Entre os expoentes do metalismo, destacam-se Francisco Belizário e o Ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murinho.

Atualmente, essa clivagem econômico-ideológica ainda subsiste nas ciências econômicas e no debate político brasileiro. De um lado, figuram os economistas de vertente mais ortodoxa (os metalistas atuais), de outro, os desenvolvimentistas (os papelistas atuais).

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

Questão

Durante a Primeira República, por que a economia brasileira era altamente vulnerável a crises internacionais?

- A) Porque o país possuía grande mercado interno industrializado
- B) Porque a economia dependia das exportações de café e dos fluxos de capitais internacionais
- C) Porque o governo controlava rigidamente o comércio exterior
- D) Porque o Brasil não participava do comércio internacional

Resposta

Resposta correta: B

- A economia brasileira era baseada na exportação de produtos primários
- O café era o principal produto de exportação
- O crescimento dependia do Balanço de Pagamentos
- Quedas no preço das commodities ou nos fluxos de capitais geravam crises internas

4.2.3. A era de ouro (1900–1913)

- Período de forte expansão econômica
- Crescimento do PIB superior a 4% ao ano
- Avanço dos investimentos em ferrovias e portos
- Expansão do setor industrial nascente
- *Boom* associado à borracha e ao ingresso de capitais estrangeiros

4.2.3. A era de ouro (1900–1913): padrão-ouro, Convênio de Taubaté e Funding Loan

- Em 1906, adoção do padrão-ouro
- Objetivo: preservar estabilidade cambial e competitividade externa
- Convênio de Taubaté: sustentação do preço do café
- *Funding Loan*: renegociação da dívida com ajuste fiscal e monetário
- Integração entre café, política cambial e financiamento externo

O *Funding Loan* foi o primeiro empréstimo externo de consolidação feito ao governo brasileiro na Primeira República. À luz da deterioração das contas externas e internas em 1897, o Presidente recém-eleito, Campos Salles (1898 a 1902), foi obrigado a recorrer à Casa dos Rothschild (agentes financeiros do governo brasileiro em Londres) para obter um empréstimo que permitiria ao governo rolar seus compromissos externos (serviço da dívida externa).

Segundo Franco (2015, p. 43), o teor do acordo do *Funding Loan* dizia basicamente que, "O governo brasileiro, ao longo de um período de três anos, saldaria seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao *funding* com títulos de um novo empréstimo – o *funding loan* –, cuja emissão se daria ao par e poderia chegar a £ 10 milhões. As amortizações dos empréstimos incluídos na operação seriam suspensas por 13 anos".

Em troca, foram impostas algumas *condicionalidades* ao governo brasileiro: *i)* o oferecimento de garantias especiais aos credores, como as receitas em moeda forte da alfândega do Rio de Janeiro; *ii)* redução na oferta monetária; *iii)* a implementação de medidas de saneamento fiscal: redução dos gastos do governo, aumento da arrecadação via modernização administrativa, introdução de novos impostos (imposto sobre consumo e sobre o selo) e a separação, consubstanciada no orçamento em 1900, entre orçamento-ouro e orçamento-papel.

Consequências: Embora tenha agravado a situação econômica no curto prazo (aumento do número de falências e crescimento do desemprego), o "pacote" de medidas exigidas pelo *Funding Loan* contribuiu para o saneamento das finanças públicas e estabeleceu as bases o retorno de crescimento econômico no médio-longo prazo.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

Padrão-Ouro

De acordo com Barry Eichengreen (2000), sob o padrão-ouro os países atrelam os valores de suas moedas em relação a determinada quantidade de ouro. Uma vez fixada a taxa de câmbio oficial, o governo do país deve intervir no mercado sempre que necessário para preservar o preço fixado. Nesse regime cambial, as reservas internacionais oficiais do país são constituídas por ouro.

Exemplo hipotético: o governo de Rodrigues Alves optou por adotar o padrão-ouro e fixar a taxa de câmbio em 10 mil-réis/1 grama de ouro. Ao fixar essa taxa cambial, o governo deve estar seguro de que detém o metal em quantidades suficientes para trocá-lo por mil-réis sempre que necessário. Assim, sob essa taxa de câmbio, se um importador precisar de ouro para efetuar uma importação de 100 mil-réis, o governo deve ter disponível 10 gramas do metal para oferecer ao importador em troca dos mil-réis.

O padrão-ouro é, normalmente, benéfico a países exportadores de matérias-primas quando ocorre entrada de reservas cambiais (ouro), pois aumenta a oferta de liquidez e crédito na economia. Já em períodos de escassez de reservas cambiais, há restrição monetária, o que tende a gerar recessão.

A adoção do padrão-ouro, *per se*, não é necessariamente benéfica ao setor primário-exportador. Para ser benéfico, esse regime cambial tem de ser adotado a uma taxa de câmbio que seja competitiva para o país, caso contrário poderá agravar o problema no Balanço de Pagamentos (BP), em vez de melhorá-lo. Caso determinado país, que apresente baixa produtividade geral dos fatores, adote o padrão-ouro a uma taxa de câmbio muito valorizada (1 mil-réis: 1 grama de ouro, por exemplo), ele terá dificuldade de exportar e, por conseguinte, poderá ter problemas em seu BP. Agora, se o mesmo país adotar uma paridade mais depreciada (30 mil-réis: 1 grama de ouro, por exemplo), ele certamente tornará suas exportações mais competitivas, o que deverá contribuir para que ele tenha um BP mais equilibrado.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

4.2.4. O impacto da Grande Guerra (1914–1918)

- Queda das exportações e dos fluxos de capitais
- Agravamento das contas externas e das finanças públicas
- Abandono do padrão-ouro e fechamento da Caixa de Conversão
- Moratória e emissão de moeda não conversível
- A guerra aprofundou a vulnerabilidade econômica brasileira

4.2.4. O impacto da Grande Guerra (1914–1918): efeitos e síntese

- Redução das importações agravou a crise fiscal
- Interrupção da oferta externa abriu espaço para algumas indústrias internas
- A geada de 1918 elevou o preço do café
- Houve melhora parcial das contas externas no final da guerra
- A Primeira República combinou dependência externa, café e instabilidade macroeconômica

Segundo *Funding Loan*

Com o agravamento das contas externa após o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil foi obrigado a suspender os pagamentos relativos ao serviço da dívida externa devidos a partir de 1º de agosto de 1914. Tendo de recorrer novamente à casa dos Rothschild, o governo brasileiro, por meio do segundo *Funding Loan*, recebeu £ 15 milhões. Os recursos seriam utilizados para o pagamento de juros dos empréstimos federais até 1917, e as amortizações seriam suspensas até 1927. O segundo *Funding Loan* também seria garantido pelas receitas da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, de todas as outras alfândegas da República.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

Questão

Qual foi um dos principais fatores que explicam o crescimento econômico brasileiro entre 1900 e 1913?

- A) Expansão das exportações de borracha e entrada de capitais estrangeiros
- B) Industrialização pesada promovida pelo Estado
- C) Expansão do mercado interno e do consumo doméstico
- D) Redução das exportações agrícolas

Resposta

Resposta correta: A

- A economia brasileira experimentou forte expansão no período
- *Boom* das exportações de borracha
- Entrada significativa de capitais estrangeiros
- Investimentos em infraestrutura (ferrovias e portos)

4.2.5 Boom e recessão do pós-Guerra (1919–1922)

- Economia brasileira afetada pela recuperação das economias centrais após a Primeira Guerra
- Retomada da atividade econômica internacional após a estagnação de 1918
- Aumento generalizado dos preços das commodities
- Recuperação rápida das exportações brasileiras
- Expansão inicial da atividade econômica

4.2.5 Boom e recessão do pós-Guerra (1919–1922): fase de expansão

- Alta dos preços das commodities no pós-Guerra
- Restrição na oferta mundial de café (geada de 1918)
- Forte aumento das exportações brasileiras
- Recuperação das importações devido à demanda reprimida
- Apreciação do mil-réis após abandono do padrão-ouro na Europa

4.2.5 Boom e recessão do pós-Guerra (1919–1922): reversão da conjuntura

- EUA e Reino Unido adotam políticas monetárias restritivas
- Combate à inflação no pós-Guerra
- Colapso dos preços internacionais das commodities em 1920
- Reversão do superávit comercial brasileiro para déficit
- Depreciação cambial e novo desequilíbrio fiscal

4.2.5 Boom e recessão do pós-Guerra (1919–1922): resposta do governo

- Intervenção no mercado de café em 1921
- Banco do Brasil financia compras de café
- Uso de crédito externo para sustentar preços
- Política de valorização protege renda cafeeira
- Depreciação cambial ajuda a proteger exportadores e indústria

4.2.6 Recuperação, desequilíbrio externo e ajuste recessivo (1922–1926)

- Recuperação econômica no final de 1922
- Alta dos preços internacionais do café
- Efeitos da política de valorização e da depreciação cambial
- Início do governo Artur Bernardes (1922-1926)

4.2.6 Recuperação, desequilíbrio externo e ajuste recessivo (1922–1926): política de defesa do café

- Objetivo: estabilizar receitas de exportação
- Retenção compulsória do café em armazéns reguladores
- Controle do volume exportado
- Tentativa de estabelecer política permanente de valorização

4.2.6 Recuperação, desequilíbrio externo e ajuste recessivo (1922–1926): problemas de financiamento

- Política deveria ser financiada por empréstimos externos
- Banqueiros internacionais recusam financiamento
- Estoques passam a ser financiados por emissão monetária
- Expansão monetária provoca depreciação cambial

4.2.6 Recuperação, desequilíbrio externo e ajuste recessivo (1922–1926): ajuste ortodoxo

- Crescimento da inflação e desequilíbrios externos
- Vulnerabilidade no Balanço de Pagamentos
- Política de valorização do café é encerrada em 1924
- Governo adota política fiscal e monetária restritiva
- Controle da inflação, mas com queda de emprego e renda

4.2.7 Boom e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930)

- Governo Washington Luís (1926-1930) mantém política fiscal ortodoxa
- Mudanças nas políticas monetária e cambial
- Retorno ao padrão-ouro
- Criação da Caixa de Estabilização

4.2.7 Boom e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930): fase de expansão

- Política de valorização do café passa ao governo de São Paulo
- Retomada dos empréstimos externos
- Aumento dos investimentos estrangeiros
- Expansão da demanda urbana e da atividade econômica

4.2.7 Boom e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930): crescimento econômico

- Crescimento expressivo do produto real
- Expansão da renda no setor cafeeiro
- Relaxamento das condições de crédito
- Estímulo à produção agrícola e ao setor urbano

4.2.7 Boom e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930): crise final

- Deterioração do setor externo a partir de 1928
- Estagnação das exportações
- Crescimento acelerado das importações
- Redução da entrada de capitais internacionais
- Safra recorde de café em 1929

4.2.7 Boom e depressão após o retorno ao padrão-ouro (1927–1930): colapso da República

- Governo federal recusa nova política de valorização do café
- Prioridade à estabilidade monetária e cambial
- Desequilíbrios no Balanço de Pagamentos se aprofundam
- Contração monetária agrava a recessão
- Crise econômica contribui para o colapso da Primeira República

Questão

Qual foi o principal objetivo das políticas de valorização do café durante a Primeira República?

- A) Reduzir a produção agrícola brasileira
- B) Controlar a inflação interna
- C) Sustentar os preços internacionais do café por meio da retenção de estoques
- D) Substituir exportações por industrialização

Resposta

Resposta correta: C

- O Brasil controlava grande parte da produção mundial de café
- O governo buscava sustentar preços comprando e estocando o excedente
- O objetivo era proteger a renda do setor cafeeiro
- Essas políticas tiveram custos fiscais e efeitos inflacionários

4.2.8 Políticas de valorização do café

- Brasil controlava cerca de 3/4 da produção mundial de café
- Controle da oferta poderia influenciar o preço internacional
- Política baseada na retenção de estoques
- Financiamento via empréstimos externos ou crédito interno

4.2.8 Políticas de valorização do café: limites e consequências

- Políticas incentivavam expansão da produção
- Estímulo à concorrência internacional
- Acumulação de estoques gerava pressão inflacionária
- Café apresenta baixa elasticidade-preço e renda
- Depreciação cambial transferia custos da crise à sociedade (“socialização das perdas”)

**Agora conseguimos
responder melhor a questão
inicial da aula**

Por que a economia brasileira continuou dependente do setor cafeeiro até 1930?

- A estrutura econômica permaneceu primário-exportadora
- O café concentrava a maior parte das exportações
- O crescimento dependia da demanda externa e dos fluxos de capitais
- Crises internacionais afetavam diretamente a economia brasileira
- Políticas de valorização do café buscavam proteger a renda do setor exportador

Síntese: Mesmo após mudanças políticas, a economia brasileira manteve uma estrutura dependente do setor externo, característica que marcaria toda a Primeira República.

Principais pontos (síntese)

Primeira República (1889–1930)

- A economia brasileira manteve estrutura primário-exportadora, com centralidade do café
- O crescimento econômico dependia do setor externo e do Balanço de Pagamentos
- Crises internacionais geravam ciclos de expansão e recessão na economia brasileira
- O Estado frequentemente interveio para sustentar o preço do café

Principais pontos (síntese)

Primeira República (1889–1930)

O período incluiu eventos importantes como:

- i. Política do Encilhamento
- ii. Era de expansão econômica (1900–1913)
- iii. Impactos da Primeira Guerra Mundial
- iv. Crises do pós-guerra e ajustes macroeconômicos

Conclusão

- A Primeira República foi marcada pela dependência do setor externo
- O café estruturava grande parte da economia brasileira
- A vulnerabilidade a crises internacionais era elevada
- As políticas de valorização do café buscavam estabilizar a renda do setor exportador
- As limitações desse modelo tornaram-se evidentes com a crise de 1929

Portanto, a crise do final dos anos 1920 revelou os limites da economia primário-exportadora e abriu caminho para mudanças profundas no modelo econômico brasileiro a partir de 1930.

Próxima aula

Aula: 1.3 Teorias sobre o início do crescimento industrial brasileiro

A PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889-1930

Aula 1.2 (1º bimestre | 2ª aula)

Principal referência bibliográfica:

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. Manual do candidato: economia. Brasília: FUNAG, 2016. Cap. 4, seção 4.2, p. 243–256.

Prof. Dr. Adilson Padovan Junior